

**Gestão Escolar e Educação Inclusiva:
representação e análise da produção científica (2016-2018)**
*School Management and Inclusive Education:
representation and analysis of scientific production (2016-2018)*

Carlos Augusto de Andrade Barbosa

Alexandre Melo de Sousa

RESUMO: Este artigo é resultado da pesquisa sobre o *Estado da Arte* que sistematizou a produção científica em torno da Gestão Escolar e Educação Inclusiva na Educação Básica, no período entre 2016 e 2018, com base em Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado defendidas no Brasil sobre esse assunto. Os dados foram coletados no banco da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em Dissertações da área de ciências humanas, na área da Educação. Tal estudo tem a intenção de aprimorar a qualidade da educação e colaborar com uma nova cultura democrática e de inclusão.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Escola. Educação Inclusiva.

ABSTRACT: This article is the result of research on the State of the Art that systematized scientific production around School Management and Inclusive Education in Basic Education, in the period between 2016 and 2018, based on Doctoral Theses and Master's Dissertations defended in Brazil on this subject. subject matter. Data were collected at the bank of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), in Dissertations in the humanities area, in the area of Education. Such a study intends to improve the quality of education and collaborate with a new democratic and inclusive culture.

Keywords: School Management. School. Inclusive education.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo relata os resultados de uma pesquisa sobre o *Estado da Arte* que objetivou analisar a produção científica no campo da Gestão Escolar e da Educação Inclusiva disponível na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), visando verificar a sua contribuição para a consolidação dessa área de pesquisa no Brasil. Priorizamos o caráter diagnóstico próprio das pesquisas sobre o *Estado da Arte*, que são:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes

campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p. 258)

Optamos por estudar as Dissertações e Teses da CAPES, utilizando os termos “gestão escolar e educação inclusiva”, escritos por extenso. Assim, abrimos um processo de triagem dos trabalhos que serviram como base referencial da pesquisa, a partir da leitura dos resumos, objetivando selecionar os estudos com tal abordagem de forma mais específica. Os trabalhos que apenas tangenciavam o assunto foram excluídos, e chegamos ao número de nove Dissertações consideradas relevantes para o mapeamento.

A partir das leituras de resumos, introduções, conclusões e da leitura integral dessas nove Dissertações, voltamo-nos a responder questões, como: Quantas e quais são as teses e dissertações produzidas sobre o tema? Quais instituições produziram teses e dissertações sobre o objeto de estudo? Quais os anos com maior produção acerca do tema pesquisado? Quais as tendências temáticas predominantes nos estudos sobre a relação que há entre a Gestão Escolar e a Educação Inclusiva?

Com o recorte temporal de 2016 a 2018, considerávamos poder encontrar muitos trabalhos referentes ao tema. Entretanto, não foi encontrada nenhuma tese nesse recorte temporal, somente dissertações. A seguir, faremos um breve relato dos conceitos que cercam a Educação Inclusiva e a Gestão Escolar antes de abordarmos os caminhos da pesquisa e o resumo de todas as dissertações selecionadas para este estudo.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E GESTÃO ESCOLAR

A Educação Inclusiva se apresenta como um processo que consolida a participação de todos os alunos matriculados nas escolas de ensino regular e concebe a escola como um espaço de aprendizagem diferenciada e de qualidade para todos os alunos, reafirmando as diferenças e trabalhando para o desenvolvimento em busca da qualidade. Mantoan (2015) afirma que:

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender,

mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2015, p. 28).

A Educação Inclusiva se refere a uma reorganização com novas bases em relação à cultura, às práticas e às políticas vivenciadas nos estabelecimentos de ensino para que esses respondam às diferenças existentes entre os alunos. Trata-se de uma abordagem que compreende o sujeito e suas peculiaridades tendo como principais objetivos o crescimento, a realização individual e a inserção social. O debate sobre as diferenças requer uma concepção que prima pela igualdade para pensarmos no *eu* e no *outro* na sociedade. Aranha (2000) reforça esse conceito quando afirma que:

O principal valor que permeia, portanto, a ideia da inclusão é o configurado no princípio da igualdade, pilar fundamental de uma sociedade democrática e justa: a diversidade requer a peculiaridade de tratamentos, para que não se transforme em desigualdade social. (ARANHA, 2000 p. 2)

Quando se pensa no processo de inclusão de alunos com deficiência, enfatizamos a necessidade de favorecer a convivência com pessoas não iguais, ou seja, crianças sem deficiência, favorecendo a oportunidade da interação em contexto não separado.

Para que os estabelecimentos educacionais sejam verdadeiramente inclusivos, é necessário reavaliar o modo de planejar, de organizar e de rever a práxis na sala de aula, ou seja, essa nova mentalidade de se pensar a educação escolar precisa atender às peculiaridades de todos os alunos, não somente das pessoas com deficiência. Há de haver uma nova prática nas escolas que veja cada criança, adolescente e adulto como único, o que requer um modo e tempo diferente para a compreensão dos conteúdos propostos no currículo.

Também é necessário que as políticas públicas referentes à educação inclusiva ouçam e respeitem as opiniões e considerações das pessoas diretamente envolvidas no sistema educacional, quais sejam: gestores, professores e os pais dos alunos com necessidades especiais. Esses são importantes, como afirma Mazzotta (2011):

Historicamente, os pais têm sido uma importante força para as mudanças no atendimento aos portadores de deficiência. Os grupos de pressão por eles organizados têm seu poder político concretizado na obtenção de serviços e recursos especiais para grupos de deficientes, particularmente para deficientes mentais e deficientes auditivos. (MAZZOTTA, 2011, p. 69)

Infelizmente percebe-se que a inclusão, tão anunciada nos dispositivos de ordem constitucional e legal, tem encontrado grande dificuldade de execução devido às resistências por parte de algumas pessoas que ainda não adquiriram a consciência dos direitos e das necessidades específicas das pessoas que possuem algum tipo de deficiência e, também, por parte das escolas que precisam se adaptar ao processo de integração.

Essa dificuldade acontece devido, principalmente, à falta de políticas públicas, que deveriam ser colocadas em prática para contribuir com o desenvolvimento completo de todos os educandos e que, além de outras coisas, possam adequar a infraestrutura das instituições de ensino, permitindo acessibilidades às pessoas com deficiência. Além disso, a escola deve estar organizada no que diz respeito ao seu currículo, aos recursos metodológicos, aos projetos interdisciplinares, com docentes capacitados com uma formação mais ampla, específica e diferenciada.

No que diz respeito à gestão escolar, percebemos uma crescente preocupação nas produções nacionais, desde o final da década de 1990, com a identidade do administrador escolar, a reconstrução de seu perfil e as novas exigências da função, entre elas, a implantação de uma escola inclusiva. Vários autores, como Santos Filho (1998), Libâneo (2007), Lück (2007), Paro (2015) e Vasconcellos (2009) defendem uma gestão escolar democrática em que a coletividade possa se manifestar através da participação efetiva nas decisões e ações da escola. Paro (2015) declara que:

Pela peculiaridade democrática e pública de sua função, o dirigente escolar precisa ser democrático no sentido pleno desse conceito, ou seja, sua legitimidade advém essencialmente da vontade livre e do consentimento daqueles que se submetem a sua direção. (PARO, 2015, p. 115)

Participação e autonomia são, segundo esses teóricos, são características fundamentais para que a escola construa um espaço de gestão escolar verdadeiramente democrático, que acreditam que a figura do diretor deve mudar do administrador para o líder democrático, que busca ser um integrador da comunidade escolar, almejando ser também um conciliador das diversas opiniões e anseios desse grupo.

3 CAMINHOS DA PESQUISA

Para o desenvolvimento da pesquisa, adotamos as seguintes etapas: revisão de literatura sobre a gestão escolar e a educação inclusiva; coleta de dados feita no mês de

dezembro de 2019, no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); descrição e categorização dos dados obtidos; e análise e interpretação dos resultados obtidos com o objetivo de identificar as características das dissertações publicadas. Os dados obtidos foram analisados tendo em vista os seguintes aspectos: a) conhecer os autores cuja produção científica é referência na área; b) elucidar os temas gerais e específicos abordados nas dissertações; c) verificar a distribuição geográfica e institucional dos autores; d) verificar o ano de publicação das dissertações; e) analisar as relações que as pesquisas estão fazendo sobre a gestão escolar e a educação inclusiva.

Tal levantamento permitiu sistematizar os estudos com a preocupação de mapear os seguintes itens: quais as regiões do país concentram maior número de estudos sobre o tema; quais os focos de interesses das investigações; em torno de que categorias essas pesquisas poderiam ser agrupadas; quais as perspectivas metodológicas utilizadas; e que procedimentos foram adotados.

As fontes foram organizadas em base de dados, com as seguintes palavras de acesso: gestão; gestão escolar; gestão democrática; direção de escola; administração escolar; educação especial; educação inclusiva. A pesquisa foi realizada exclusivamente em meio eletrônico (internet), cobrindo o período compreendido entre os anos de 2014 e 2018, e resultou em um total de 1.145.422 trabalhos.

Depois de refinar as buscas, especificamente nos anos de 2016, 2017 e 2018, na área de conhecimento das ciências humanas e, mais especificamente, na área de concentração em educação e programas da área de educação, encontramos 1.368 dissertações em 2018, 1.405 em 2017 e 1.368 em 2016. Não foi encontrado nenhum trabalho em nível de Doutorado sobre o tema proposto. As dissertações que trabalharam especificamente com o tema da Gestão Escolar e da Educação Inclusiva, de acordo com o ano de publicação foram: 6 em 2018; nenhuma em 2017; e 3 em 2016.

As nove dissertações publicadas fazem menção a uma abordagem qualitativa. Em relação à metodologia, elas se agrupam em três categorias: 2 mencionam estudo de caso; 6 fizeram um levantamento bibliográfico e análise documental; e 1 realizou um estudo comparativo internacional. No que diz respeito às técnicas de coleta/produção de dados, foram utilizados 7 questionários semiestruturados e entrevista; em 1 delas, houve a observação; e, em apenas 1, encontramos a análise do discurso.

4 ESTUDOS SOBRE GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA ENCONTRADOS NA CAPES (2016-2018)

Apresentamos, a seguir, o resumo das nove dissertações encontradas no banco da CAPES publicadas no período de 2016 a 2018, voltadas à discussão em torno dos resultados e práticas da Gestão Escolar na constituição de uma Educação Inclusiva na dinâmica escolar. Todas as dissertações encontradas no Mestrado em Educação foram realizadas por mulheres (Quadro 1):

Quadro 1 – Dissertações publicadas na CAPES sobre Gestão Escolar e Educação Inclusiva (2016-2018)

Nome do Autor/ Instituição	Título	Ano Defesa
Carolina Pereira Noya – Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Gestores Educacionais para a Educação Inclusiva: arranjos e tramas na contemporaneidade	2016
Elis Cristina Vieira Lima – Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Gestão Escolar e política educacional de inclusão na rede de ensino municipal de Manaus: uma reflexão à luz da teoria crítica	2016
Janaína Teles Pereira Santos – Universidade Federal do Maranhão – UFM.	A Gestão Escolar na construção de uma escola inclusiva: fundamentos e práticas na rede de ensino municipal de São Luiz - MA	2016
Ana Mayra Samuel da Silva – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP	Gestão Escolar: a consolidação de uma escola inclusiva mediante a intersetorialidade	2018
Andréa da Silva C. Cavalcante – Universidade Fernando Pessoa - UFP	Gestão Escolar e Educação inclusiva: um estudo de caso sobre a formação continuada de professores na unidade de educação básica Liberalino de Jesus Pereira	2018
Andrezza Santos Flores – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP	Gestão Escolar e Educação Inclusiva: articulação entre o Atendimento Educativo Especializado e o ensino regular	2018
Ellis Regina dos Santos Godoy – Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Gestão Escolar e os processos de inclusão na escola comum: um estudo comparado internacional	2018
Ingrid Andrea Buitrago Rivera – Universidade Federal Fluminense - UFF	Educação Inclusiva no Brasil: acessibilidade arquitetônica, curricular e pedagógica na escola pública de Niterói	2018

Raquel Magnolia Ferreira Ranzatti - Universidade Federal de Uberlândia - UFU	A Educação Inclusiva nas escolas municipais de Uberlândia; dos anos 90 à primeira década do século XXI	2018
--	--	------

Fonte: elaborado pelos autores.

4.1 GESTORES EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ARRANJOS E TRAMAS NA CONTEMPORANEIDADE

A pesquisa de Noya (2016) analisa a circulação dos discursos que têm, na aliança entre a gestão educacional e a inclusão escolar, uma potente estratégia de produção na escola contemporânea. Para tanto, este estudo buscou dar conta da seguinte problemática: como a formação de gestores para a Educação Inclusiva vem sendo produzida nos discursos educacionais contemporâneos? Nesse exercício do pensar, esta pesquisa tomou como utensílios conceituais e metodológicos as noções foucaultianas de discurso, as relações de poder/saber e de governamentalidade. Dessa forma, a analítica desenvolvida teve por inspiração os estudos foucaultianos em Educação, a partir do pensamento pós-estruturalista. Percebendo a importância de pensar sobre as relações que se estabelecem nos arranjos e nas tramas entre gestão e inclusão, apresentou documentos e programas que se ocupam da formação de gestores para a inclusão, através de pesquisa no site da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Ao analisar as recorrências discursivas em circulação nos documentos oficiais e investigar de que maneira vão sendo produzidos modos de atuação dos gestores para a Educação Inclusiva na atualidade, a pesquisadora percebeu o apelo a novos modos de ser um gestor, implicado, também, na captura da Educação Especial enquanto área de saber e da diferença nos processos de formação de gestores para a inclusão. Essa discursividade está alojada na necessidade de envolver a todos na gestão da inclusão, por meio dos princípios da gestão democrática.

O deslocamento de ênfase dos discursos da administração para a gestão educacional é tomado, nesta pesquisa, como estratégia de condução de conduta dos professores na atualidade. A ênfase do discurso de descentralização da gestão para a Educação Inclusiva intensifica a centralidade no gestor que, sob o discurso democrático, a participação e a liderança precisam produzir modos de estar na escola contemporânea.

4.2 GESTÃO ESCOLAR E POLÍTICA EDUCACIONAL DE INCLUSÃO NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE MANAUS: UMA REFLEXÃO À LUZ DA TEORIA CRÍTICA

Lima (2016) analisou, na sua pesquisa, os marcos legais e políticos que disciplinam a Educação Inclusiva, descrevendo a relação entre gestão escolar e o paradigma da inclusão no atual contexto educacional, político e cultural da rede de ensino municipal pública de Manaus (AM). O estudo utilizou uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo e foi desenvolvido por meio da pesquisa bibliográfica e documental, com aporte teórico a Teoria Crítica fundamentada em Adorno (1995, 1996, 2003, 2009).

Na pesquisa bibliográfica, Lima (2016) embasou sua discussão científica com Glat e Blanco (2007), Glat e Pletsch (2011) Libâneo (2007, 2008), Mendes (2010), Marques (2010), Lopes e Fabris (2013), Matos (2013), com a Declaração Mundial de Educação para Todos, de 1990, com a Declaração de Salamanca, de 1994, entre outros. Essa pesquisa documental privilegiou a análise dos documentos legais das políticas públicas de Manaus, dentre elas, a LOMAN, de 1990, o Plano Municipal de Educação, as Resoluções nº 10/CME/ 2011, nº 11/CME/2016 e Resolução nº 038/CME/2015 do Conselho Municipal de Manaus.

A análise dos dados comprovou que há dissonância na legislação municipal referente à Educação Inclusiva. Sobre a Gestão Escolar, foram encontrados alguns aspectos que revelaram conflitos. Acerca da interface entre gestão escolar e políticas educacionais de inclusão, verificou-se que a participação e a autonomia perpassam tanto pela gestão escolar quanto pela inclusão, embora não estejam conciliados.

4.3 GESTÃO ESCOLAR NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE SÃO LUIZ

A Dissertação de Santos (2016) analisou as práticas e as concepções de Gestão Escolar na rede municipal de ensino de São Luís (MA), a partir de 2008, verificando em que medida possibilita (ou não) a efetivação das políticas de inclusão aos alunos, Política de Apoio Educacional Especializado (PAEE), especificamente no que diz respeito a: identificar as concepções de deficiência e de inclusão implícitas e explícitas para o gestor escolar ao corresponder às demandas pedagógicas dos alunos com deficiência; apontar as implicações de ordem administrativa, política e pedagógica que permeiam a gestão de

escolas para a inclusão de alunos com deficiência; analisar os saberes e fazeres da gestão implementada na escola e sua contribuição (ou não) para a efetivação da inclusão dos alunos com deficiência; e verificar aspectos concordantes e discordantes da gestão escolar da rede municipal de São Luís com a Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva corrente no país.

Essa pesquisa é de caráter qualitativo e consistiu em um estudo de caso desenvolvido com 13 gestores (geral e adjuntos) de 7 escolas da rede municipal de São Luís, atuantes no período entre 2008 e 2015. Para a coleta de dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada e foi feita uma análise de documentos, tais como o Projeto Político Pedagógico. Os dados resultantes das entrevistas foram interpretados à luz da Análise de Conteúdo (FRANCO, 2012), que foram organizados em categorias para melhor clareza da discussão.

Os resultados apontaram um processo de aquisição de uma concepção inclusiva nas escolas, mas ainda com alguns aspectos da integração permeando o conjunto das ideias e ações dos gestores escolares acerca da inclusão dos alunos com que possui alguma deficiência. Mesmo de forma tímida, podemos observar uma busca para implementar ações que favoreçam o acesso aos alunos da educação especial ao espaço e saber das escolas regulares, resultando em práticas que já começam a despontar positivamente em algumas experiências.

Em alguns casos, esses avanços ainda estão restritos à socialização do aluno que possui alguma deficiência com aqueles que não possuem, imprimindo à escola um espaço de convivência plural que contribui para a formação de cidadãos mais tolerantes, humanos e que respeita as diferenças.

4.4 CONSOLIDAÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA COM A INTERSETORIALIDADE

O trabalho de Silva (2018) é um estudo desenvolvido no âmbito de uma escola pública, de um município paulista de pequeno porte, com o objetivo de analisar como a equipe gestora escolar de uma escola de Educação Básica pública municipal pode viabilizar a formação continuada da equipe escolar e a articulação intersetorial para atender à política nacional de uma perspectiva inclusiva.

A abordagem metodológica desse estudo é qualitativa e contou com a participação da equipe de gestão escolar (diretora, vice-diretora e coordenadora pedagógica). Para a

efetivação da coleta de dados, foram realizadas a análise documental, o diagnóstico da realidade investigada, observações participantes, intervenções formativas colaborativas, os grupos de discussões, o relatório de campo da pesquisadora e a transcrição da gravação em áudio de todas as interações. Os descritores que nortearam a pesquisa bibliográfica desse estudo foram os seguintes: Escola Pública, Gestão Escolar, Inclusão Escolar, Política Pública, Intersetorialidade e Formação de Professores.

Os dados foram selecionados e analisados a partir da triangulação e leitura sistemática. Diante do exposto, foram definidos eixos temáticos para a análise dos dados, a saber: Organização e Função Social da Escola: é possível incluir?; A Gestão Escolar na Constituição de uma Escola Inclusiva: o que fazer diante desse desafio?; Desafios Vivenciados para a Consolidação da Intersetorialidade em uma Perspectiva Inclusiva. Diante dos dados, foi possível compreender quais ações seriam necessárias para solicitar e implantar uma Sala de Recursos Multifuncionais na unidade escolar e desenvolver ações e parcerias intersetoriais.

A pesquisa revela que a equipe de gestão escolar, enquanto facilitadora do processo de inclusão, pode apoiar práticas inclusivas e saber como e onde buscar apoio, considerando os diferentes setores da sociedade, denominadas pelas políticas públicas educacionais como intersetorialidade.

4.5 ESTUDO DE CASO SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA UNIDADE DE EDUCAÇÃO BÁSICA LIBERALINO DE JESUS PEREIRA

Vasconcelos (2018) analisou as políticas de ações inclusivas desenvolvidas pela Unidade de Educação Básica Liberalino de Jesus Pereira, no intuito de perceber se essas ações estão realmente intensificando a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem. Para isso, apresentou um breve histórico das diretrizes educacionais que orientam as práticas no contexto da educação especial, enfatizando o Brasil. Destacam-se os aspectos legais, tais como leis, políticas, diretrizes, objetivos e ações que servem de embasamento teórico e prático para o bom desempenho dos profissionais que estão imersos no contexto da educação especial, com ênfase especial para a formação profissional (inicial e continuada).

Este estudo apresentou, também, informações voltadas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com destaque na formação profissional, no uso de recursos multifuncionais e na estrutura escolar para o melhor desenvolvimento das ações

do professor. Utilizou-se a metodologia da pesquisa qualitativa, envolvendo a pesquisa bibliográfica e de campo na Unidade de Educação Básica (UEB) supracitada. O questionário foi utilizado como técnica de coleta de dados.

Os resultados apontaram que, embora a comunidade escolar desenvolva ações relacionadas à inclusão, faz-se necessário um esforço coletivo no que tange às ações inclusivas, para que sejam englobadas as carências e necessidades dos alunos inclusos nessa unidade de ensino, no intuito de que se maximizem as práticas voltadas para a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem. Para isso, foi sugerida uma proposta de intervenção pautada nessa temática.

4.6 ARTICULAÇÃO ENTRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O ENSINO REGULAR

A pesquisa de Flores (2018) analisou como a Gestão Escolar viabiliza a articulação entre a professora da sala de recursos e os professores de Ciências e Biologia de uma escola pública do interior paulista, para a efetivação do Atendimento Educacional Especializado (AEE). As seguintes temáticas foram problematizadas durante a investigação, tomando como referência diversos autores e documentos oficiais relativos à inclusão de pessoas com deficiência na escola regular: AEE; ensino de Ciências e Biologia para Deficientes Visuais (DV); formação de gestores e professores; inclusão; gestão escolar; políticas públicas; e sala de recursos.

Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa, caracterizada como um estudo de caso de abordagem descritiva e interpretativa do contexto, contando com a participação da gestão escolar (diretora, vice-diretora e coordenadora pedagógica), juntamente com as professoras de Ciências e Biologia e a professora da Sala de Recursos. Para a coleta de dados, foram realizadas as seguintes ações: análise documental do Projeto Político-Pedagógico (PPP); Estado da Arte sobre o ensino de Ciências e Biologia para DV; observações *in loco*; reuniões pedagógicas; e entrevista semiestruturada, que permitiram uma análise textual discursiva. A seleção e a análise dos dados foram realizadas a partir da leitura minuciosa dos registros para a definição das categorias e triangulação dos resultados.

Essa pesquisa revelou que a Gestão Escolar, na medida do possível, viabilizou a articulação entre as professoras de Ciências e Biologia e a professora da Sala de Recursos para a efetivação do AEE na sala regular, carecendo, contudo, de maiores discussões

sobre essa temática no ambiente escolar, de tal forma que os profissionais da educação possam se apropriar de mais elementos para a potencialização de ações efetivas no âmbito do trabalho coletivo.

4.7 GESTÃO ESCOLAR E OS PROCESSOS DE INCLUSÃO NA ESCOLA COMUM: UM ESTUDO COMPARATIVO INTERNACIONAL

O estudo de Godoy (2018) teve por objetivo analisar aspectos do trabalho do diretor escolar que considere a perspectiva inclusiva de alunos público-alvo da Educação Especial matriculados em escolas de ensino comum, localizadas nos municípios de Vitória (Espírito Santo - Brasil) e de Xalapa (México). Considerando o debate em torno das teorias de gestão escolar, foi necessário dialogar sobre os modos de trabalho do diretor escolar e os desdobramentos dessa prática para a Educação Especial (PARO, 2010; LUCK, 2012; LIBÂNEO, 2013).

Essa pesquisa realizou um estudo comparado internacional, que envolveu três escolas mexicanas e duas brasileiras. A coleta de dados foi realizada em 2017, sendo que, em território mexicano, ocorreu durante uma missão de estudos internacionais da autora. Foi realizada a análise e a discussão do papel do diretor escolar no processo de inclusão de alunos com deficiência, com aporte teórico dos conceitos de Norbert Elias (1993; 1994; 2006) que auxiliam a pensar na sociedade e no indivíduo como entes indissociáveis. Nessa concepção, o trabalho do diretor perpassa as relações sociais e as múltiplas figurações da qual ele faz parte.

Os dados apontaram a necessidade de superar a fragmentação das tarefas no cotidiano escolar, que considera a figura do diretor de forma hierarquizada e separada do contexto pedagógico de sua atuação, fugindo do modelo da Nova Gestão Pública. Além disso, existe a necessidade de repensar os processos de formação dos docentes para atuar com os alunos público-alvo da Educação Especial, de maneira a fomentar práticas inclusivas, sugerindo a participação de todos os profissionais nesse processo.

Considerando os dados sistematizados e utilizando o referencial teórico de Norbert Elias, pode-se observar que o diretor escolar não se constitui sozinho nesse contexto, pois sua prática depende, em grande medida, das muitas ações dos diferentes indivíduos que compõem esse espaço.

4.8 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA, CURRICULAR E PEDAGÓGICA NA ESCOLA PÚBLICA DE NITERÓI

A pesquisa de Rivera (2018) fez uma análise da qualidade da educação pública na cidade de Niterói (RJ), com relação à uma abordagem inclusiva, e com o principal objetivo de caracterizar a acessibilidade arquitetônica, curricular e pedagógica, incluindo acesso físico (matrícula) no que se trata de educação de estudantes com deficiência física na perspectiva da inclusão, tendo como referência a Escola Municipal Professora Maria Ângela Moreira Pinto.

O estudo contou com a participação de 6 profissionais: diretora, pedagoga, secretária, professor da Sala de Recursos Multifuncional, professora de Sala de Aula Inclusiva e professora de sala de aula regular. Foram coletados dados por meio de listas de confirmação, de observações, de conversas informais, de questionários e de entrevistas. Os aspectos relativos à inclusão foram problematizados do ponto de vista teórico, com base em Adorno (1995), catedrático da Teoria Crítica da Sociedade, e com Booth e Ainscow (2000), com seu índice de inclusão, que formou peça-chave na preparação da tabela de orientação de acessibilidade para estudantes com deficiência física projetada neste estudo, que visa posicionar a escola nos níveis básico, inicial, avançado ou superior correspondentes à oferta dos 4 aspectos de acessibilidade analisada.

Os resultados revelaram que, apesar da presença de inconsistências no sistema educacional e de barreiras arquitetônicas contundentes, que tem impacto direto com a matrícula de alunos com deficiência física, a escola Professora Maria Ângela Moreira Pinto tenta compensar esses aspectos oferecendo recursos pedagógicos e flexibilidade curricular como apoio aos alunos, o que a posiciona no nível inicial da escala, com uma oferta de apenas dois dos quatro elementos analisados sobre acessibilidade.

Assim, pode-se afirmar que a acessibilidade pensada na inclusão escolar é percebida como um processo que exige ações dinâmicas, uma formação crítica que ofereça uma visão reflexiva das condições presentes na escola, para poder considerar futuras propostas, direcionando a educação para o combate à segregação, baseada em direitos humanos e possibilitando a participação de um corpo estudantil diversificado.

4.9 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE UBERLÂNDIA: DOS ANOS 90 À PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

A Dissertação de Ranzatti (2018) apresentou a seguinte problemática: como se configurou a Educação Inclusiva nas escolas municipais de Uberlândia entre os anos de 1990 até a primeira década do século XXI? O objetivo desse estudo foi o de compreender e refletir sobre a Educação Especial na perspectiva inclusiva, a partir da formação dos saberes e de práticas de discursos que se constituíram para atender a arte de governar neoliberal instaurada. Procurou-se desenvolver o trabalho dirigindo-se olhos observadores às entrelinhas e descontinuidades da historiografia.

Para tanto, foram utilizadas as ferramentas de Foucault (2014, 2017). Foi feita uma reflexão de como a governamentalidade e a arte de governar liberal e neoliberal se interligam à norma e à proposta de Educação Inclusiva. Também foi apresentado como os discursos dos saberes produzidos socialmente colaboraram para a efetivação de algumas práticas de exclusão, de segregação e de integração ocorrida nos anos 1990 com a construção de discursos de Educação Inclusiva.

Por fim, na seção intitulada *A Educação Inclusiva no Município de Uberlândia: da implantação à implementação* e com alguns dos documentos orientadores das legislações em nível mundial, que nortearam as políticas públicas, tanto federal como estadual e as práticas de ações de Educação Inclusiva no município, percebeu-se o quanto a trajetória dos discursos do município colaboraram para que as subjetivações que nortearam o controle dos corpos no espaço escolar acontecessem e como os sujeitos tornaram-se subjetivados e objetivados pelos saberes e mudanças históricas das práticas discursivas e não discursivas.

5 GESTÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SEUS RESULTADOS E LUGARES

Como podemos ver na Tabela 1, a seguir, a produção de dissertações sobre Gestão Escolar e Educação Inclusiva destaca-se na Região Sudeste, com 5 trabalhos publicados (62,5%) do total de 9 no país. As Regiões Norte, Nordeste e Sul ocupam a segunda posição 1 cada (12,5%). Encontramos também 1 dissertação produzida em Portugal, na cidade de Lisboa. Não encontramos nenhuma na Região Centro-Oeste (0%). Percebemos que as pesquisas realizadas nesse período se ressentem ainda de investigações que tenham maior abrangência e em todas as regiões, permitindo analisar questões que afetam as

escolas no que diz respeito à contribuição da gestão escolar para a implantação de uma educação inclusiva. Também percebemos a predominância absoluta das Dissertações de Mestrado, da área da Educação, já que não encontramos nenhuma Tese de Doutorado no período analisado.

Tabela 1 - Trabalhos publicados sobre Gestão Escolar e Educação Inclusiva segundo as regiões brasileiras (2016-2018)

REGIÃO	QUANTIDADE	%
Norte	01	12,5%
Nordeste	01	12,5%
Centro-Oeste	00	0%
Sudeste	05	62,5%
Sul	01	12,5%
Subtotal	08	100%
Portugal	01	-
Total	09	-

Fonte: elaborado pelos autores.

A Tabela 2, abaixo, apresenta a distribuição das produções das Dissertações de Mestrado. O ano de 2017 é o único que não apresentou nenhuma produção científica nesse tema. O período com maior incidência de pesquisas ocorreu em 2018 e, no ano de 2016, foram produzidas 3 Dissertações de Mestrado sobre a Gestão Escolar e a Educação Inclusiva.

Tabela 2 - Distribuição da produção, por ano de defesa, das dissertações de mestrado de 2016 a 2018

Ano de Defesa	Quantidade	%
2016	03	33%
2017	00	0%
2018	06	67%
Total	09	100%

Fonte: elaborado pelos autores.

As instituições envolvidas na produção das Dissertações de Mestrado sobre a Gestão Escolar e a Educação Inclusiva somam 8, conforme a Tabela 3. A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) aparece com o maior número de produções (2), seguida pelas demais instituições, que possuem 1 cada.

Tabela 3 - Distribuição das instituições envolvidas nas produções acerca da Gestão Escolar e da Educação Inclusiva

Instituição	Quantidade de publicações	%
Universidade Federal do Amazonas	01	11%
Universidade Fernando Pessoa	01	11%
Universidade Federal Fluminense	01	11%
Universidade Federal do Espírito Santo	01	11%
Universidade Federal de Santa Maria	01	11%
Universidade Federal de São Carlos	01	11%
Universidade Federal de Uberlândia	01	11%
Universidade Estadual Paulista	02	23%
Total	09	100%

Fonte: elaborado pelos autores.

Frente aos dados, o que nos chama a atenção é o fato de que todas as 8 instituições envolvidas se enquadram na categoria de instituições públicas, uma vez que são mantidas por alguma esfera do Poder Público, seja ela federal ou estadual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos nesta pesquisa realizada através das Dissertações publicados no catálogo da CAPES, no período de 2016 a 2018, e descritos neste artigo sugerem que a o objeto de estudo da Gestão Escolar e Educação Inclusiva ainda é um campo pouco pesquisado na área de Educação. Percebemos que as Dissertações que abordam a relação entre esses dois temas ainda é incipiente, haja vista que encontramos somente 9 Dissertações de Mestrado e nenhuma Tese de Doutorado com esse tema no período analisado.

No ano de 2018, encontramos o maior número de dissertações sobre o tema pesquisado, o que demonstra uma tendência crescente nos números de pesquisas realizadas. O interesse pelo tema tem grande importância porque a discussão sobre este tema ganhou centralidade nas políticas educacionais, como forma de aprimorar a qualidade no setor da educação, colaborando, também, para uma nova cultura democrática e de inclusão nas escolas do país.

A questão da Gestão Escolar e da Educação Inclusiva costuma ser vista como reflexo imediato do contexto político, econômico e cultural mais amplo. Preocupações com as concepções, discursos e práticas dos professores relacionados ao tema estão presentes também entre as dissertações analisadas, tendo em vista que, além das

alterações objetivas que as últimas reformas na educação brasileira proporcionaram, ocorreram ainda mudanças subjetivas atinentes a essa área.

Em relação aos temas abordados pelas pesquisas, percebemos que elas se preocuparam em abordar assuntos diferenciados, como: inclusão de pessoas com deficiência, principalmente na rede regular de ensino, garantindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), por meio das Salas de Recursos; afirmação de que a gestão escolar se configura como uma das principais esferas que pode efetivar a educação inclusiva, pautando-se nos princípios de uma escola verdadeiramente democrática; articulação entre os professores do ensino regular e da sala de recursos, mediados pela gestão por meio de diálogo, discussões e ações que visem à inclusão dos alunos com deficiência; e o desafio encontrado pela gestão escolar ao lidar com a diversidade humana na escola.

As dissertações da CAPES que foram estudadas nessa pesquisa tiveram uma grande diversidade de autores que embasaram o referencial teórico, dentre eles: Mantoan (1997, 2011); Carvalho (2014); Dutra e Gribosk (2012); Seabra, Ferreira e Neiva (2017); Burgos e Canegal (2011); Neubauner e Silveira (2009); Paro (1998); Oliveira (2010); Luck (2010); e Silva (2006).

Podemos compreender, através das Dissertações analisadas, algumas rupturas, aprimoramentos, contextos e impactos relacionados à questão dessa pesquisa, e isso ocorre pelo esforço de pesquisadores vinculados a instituições formadoras de mestres e/ou doutores, orientados por docentes-pesquisadores de grande destaque no cenário educacional brasileiro em várias regiões do Brasil. A Região Sudeste, foi a que apresentou o maior número de Dissertações, com 5 trabalhos publicados (62,5%), e a Região Norte, Nordeste e Sul ocupam a segunda posição com 1 cada (12,5%). Encontramos também 1 dissertação produzida em Portugal, na cidade de Lisboa, na Universidade Fernando Pessoa. Não encontramos nenhuma Dissertação na Região Centro-Oeste, nesse período.

Já em relação às instituições, a Universidade Estadual Paulista (UNESP) foi a que mais produziu, com duas publicações, realizadas nos *campi* das cidades de São José do Rio Preto e Presidente Prudente. As demais instituições possuem apenas uma pesquisa cada. Importante mencionar que as 8 instituições envolvidas se enquadram na categoria de instituições públicas, uma vez que são mantidas por alguma esfera do Poder Público, seja ela federal ou estadual.

Esperamos que este artigo possa contribuir para alimentar o debate, outros estudos e as preocupações daqueles que se interessam em desvendar e compreender as questões que afetam a Gestão Escolar e a implantação de uma Educação Inclusiva, com o objetivo de termos, de fato, uma escola democrática, inclusiva e de qualidade para todos.

Finalmente, gostaríamos de assinalar que os dados das pesquisas aqui relatadas não permitem generalizações que extrapolem o universo da pesquisa, já que as Dissertações se concentraram somente no banco publicado na CAPES, no período de 2016 a 2018, e que, portanto, ainda precisam ser aprofundados em termos de análise e que somente constituem uma primeira aproximação ao campo da produção científica sobre a relação existente entre a Gestão Escolar e a Educação Inclusiva, temas cruciais para a sociedade e em nível humanizado.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra: 1995.
- ADORNO, T. W. Teoria da Semicultura. Trad. de Newton Ramos-de-Oliveira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 56, p. 388-411. set./dez. 1996.
- ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- ADORNO, T. W. **Dialética negativa**. Trad. de Marco A. Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009
- ARANHA, M. S. F. Inclusão Social e Municipalização. In: MANZINI, E. J. **Educação Especial: temas atuais**. Marília: Unesp/Marília-publicações, 2000.
- BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Índice de inclusión: desarrollando el aprendizaje y la participación en las escuelas**. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2000.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas ‘estado da arte’. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.
- FLORES, A. S. **Gestão Escolar e Educação Inclusiva: articulação entre o atendimento educacional especializado e o ensino regular**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto – São Paulo, 2018.
- FOUCAULT, M. **História da Loucura: na idade clássica**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: MOTTA, Manoel de Barros da Motta (Org.) **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Trad. de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. Coleção Ditos e escritos. (Vol. IX).

- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.
- GODOY, E. R. S. **Gestão Escolar e os processos de inclusão na escola comum: um estudo comparado internacional**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - Espírito Santo, 2018.
- LIBÂNEO, J. C. **A organização e a gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2007.
- LIMA, E. C. V. **Gestão Escolar e política educacional de inclusão na rede de ensino municipal de Manaus: uma reflexão à luz da teoria crítica**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Amazonas – Manaus-Amazonas, 2016.
- LÜCK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus Editorial, 2015.
- MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- NOYA, C. P. **Gestores Educacionais para a Educação Inclusiva: arranjos e tramas na contemporaneidade**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Maria - Rio Grande do Sul, 2016.
- PARO, V. H. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.
- RANZATTI, R. M. F. **A Educação Inclusiva nas escolas municipais de Uberlândia: dos anos 90 à primeira década do século XXI**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - Minas Gerais, 2018.
- RIVERA, I. A. B. **Educação Inclusiva no Brasil: acessibilidade arquitetônica, curricular e pedagógica na escola pública de Niterói**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói - Rio de Janeiro, 2018.
- SANTOS, J. T. P. **A Gestão Escolar na construção de uma escola inclusiva: fundamentos e práticas na rede de ensino municipal de São Luiz - MA**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Maranhão, São Luiz - Maranhão, 2016.
- SANTOS FILHO, J. C. dos. Democracia institucional na escola: discussão teórica. **Revista de Administração Educacional**, Recife, v. 1, n. 2, p. 41-101, jan./jun. 1998.
- SILVA, A, M. S. **Gestão Escolar: a consolidação de uma escola inclusiva mediante a intersetorialidade**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, São Paulo, 2018.

VASCONCELOS, A. S. C. **Gestão escolar e educação inclusiva:** um estudo de caso sobre a formação continuada de professores na unidade de educação básica Liberalino de Jesus Pereira. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Fernando Pessoa, Porto-Portugal, 2018.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2009.